



## 8. As Muitas Voltas da História: o caso da Revolta de 13 de Julho em Sergipe

Andreza Maynard<sup>1</sup>

Este artigo analisa a revolta militar de 1924 em Sergipe e alguns aspectos das comemorações que lembram este acontecimento nas décadas seguintes. Em 13 de julho de 1924 quatro oficiais do exército lideraram um motim no quartel do 28º Batalhão de Caçadores em Aracaju. Os rebeldes tomaram os prédios públicos e o governo do estado. Com o fim do levante os líderes da revolta foram presos e condenados pela justiça. Anos mais tarde, um deles se tornou interventor federal em Sergipe e conseguiu reavivar e rearrumar os acontecimentos que envolviam o movimento rebelde.

Palavras-chave: Sergipe, revolta militar, Anos 1920.

This paper examines the military revolt of 1924 in Sergipe and some aspects of the celebrations to remember this event in the next decade. On July 13, 1924 four army officers started a revolt on the 28th Battalion of Hunters in Aracaju. The rebels seized government buildings and the state government. After that the revolt leaders were arrested and convicted by the courts. Years later, one of them became federal intervener in Sergipe and could revive and re-arrange the events involving the rebel movement.

Keywords: Sergipe, military revolt, 1920s.

As efemérides são momentos propícios à evocação de um passado que se faz questão de lembrar. Mas as datas comemorativas podem mudar com o passar do tempo. E no movimento constante de invenção de tradições, o fato que antes era lembrado como vergonhoso pode se tornar em razão de orgulho para um grupo. A revolta militar que se iniciou em Sergipe no dia 13 de julho de 1924 é um exemplo das idas e vindas da interpretação histórica dos fatos.

O número 17 da revista *Novidade*, publicada em agosto de 1942, não se referia aos rumos da guerra, aos torpedamentos de navios brasileiros na costa sergipana, nem tão pouco à entrada do país no conflito que a esta altura já era mundial. O destaque da capa foi uma fotografia de Augusto Maynard Gomes, um dos líderes da revolta em 1924, acompanhado do título “Salve



o 13 de Julho”. No interior do periódico algumas páginas se dedicam a evocar a história de Sergipe e do seu “maior herói”.

O militar que aparece laureado nas páginas de Novidade já não é o cabeludo e idealista tenente Maynard. A legenda inscrita sob a fotografia da capa faz questão de destacar que se trata do “Cel. Augusto Maynard Gomes. Verdadeiro padrão de honra e de glória do Exército nacional e sentinela heróica dos princípios que abraçou em 1924, ora investido, pela segunda vez, nas elevadas funções de interventor federal em Sergipe”. Pela segunda vez à frente da administração estadual, Maynard recebia manifestações de simpatia por grande parte da população sergipana. Mas nem sempre a revolta de 13 de julho foi lembrada como “o dia do sergipano”. Este artigo analisa a revolta militar de 1924 em Sergipe e alguns aspectos das comemorações que lembram este acontecimento nas décadas seguintes.

Em agosto de 1924 os quatro oficiais que haviam liderado o motim no quartel do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC) não eram tidos como heróis, mas sim como criminosos que atentaram contra a constituição federal. Eles foram acusados pela justiça de tentarem mudar a forma de governo no país para uma ditadura militar ao informarem que estavam apoiando os rebeldes paulistas que exigiam a saída de Arthur da Silva Bernardes da presidência da república. Em geral é mais fácil entender uma história quando ela é contada obedecendo aos critérios da historicidade. Respeitando a cronologia, iniciemos pelo começo.

Na madrugada de 13 de julho de 1924 o capitão Eurípedes Esteves de Lima, os primeiros tenentes João Soarino de Mello e Augusto Maynard Gomes, e o segundo tenente Manoel Messias de Jesus lideraram uma revolta no quartel do exército localizado em Sergipe, o 28º BC. Todas as autoridades que discordavam dos quatro oficiais mencionados acima foram presas.

Assim foram detidos o comandante do 28º BC, major Jacintho Dias Ribeiro, os capitães Augusto Pereira e Misael Mendonça, os primeiros tenentes José de Figueiredo Lobo e João Batista de Mattos, o capitão médico Galdino Martins, o primeiro tenente-contador Antenor Cabral e o primeiro tenente farmacêutico Heráclito d’Avila Garcez para mencionar os oficiais do exército. O governador do estado à época também foi preso. Inicialmente em sua residência, sendo mais tarde transferido para o quartel do 28º BC.



Em meio a tiroteios ocorridos durante a madrugada de 13 de julho os prédios do Palácio do Governo, quartel de polícia, estação de força pública, os telégrafos e as linhas de trens foram ocupadas por soldados que estavam ao lado dos rebeldes ou que simplesmente seguiam suas ordens. Aracaju amanheceu sob o domínio dos quatro oficiais rebeldes. Com o governador destituído, a primeira providência seria substituí-lo. Depois de cogitarem o nome do general José Calasans, militar da reserva, e diante da recusa do convite para ocupar o cargo, decidiram que eles quatro formariam uma Junta Militar para administrar Sergipe.

Enquanto os quatro oficiais se responsabilizavam pelo estado, outras funções foram distribuídas. O capitão Eurípedes assumiu o comando do 28º BC. O tenente Manoel Messias ficou encarregado de cuidar das contas da unidade militar. A segurança pública e o plano de defesa da cidade coube ao tenente Soarino. Mas ele não pôde ficar em Aracaju por muito tempo. Em virtude de boatos de que se organizavam reações contra a Junta, os oficiais resolveram estender seu raio de ação para o interior. Soarino ficou responsável pela frente norte, que abarcava as cidades de Rosário do Catete e do Carmo. Já Maynard deveria cuidar da frente sul que compreendia as cidades de São Cristóvão e Itaporanga.

Inquestionavelmente os rebeldes foram bem sucedidos. Foram mais longe que os paulistas, que os haviam inspirado. Em São Paulo “o sucesso foi apenas parcial. O objetivo estratégico não foi atingido. Os tenentes não conseguiram se apoderar da cidade nem derrubar o governo estadual”.<sup>2</sup> Diferente dos paulistas, os sergipanos dominaram Aracaju e depuseram o governador.

Em nenhum momento os oficiais sergipanos demonstraram interesse particular na administração do estado e, por isso mesmo, não se preocuparam em trazer mudanças significativas à população. A constituição da Junta Militar deveria resolver um problema, não atender uma ambição. O objetivo não era mudar a realidade sergipana, mas promover uma transformação na política nacional, através da moralização da República. Por isso a deposição de Artur Bernardes se fazia tão urgente.

A Revolta de 1924 trazia consigo o desejo de moralizar o sistema republicano. Por acreditar na “missão salvadora” do Exército, à qual Nelson Werneck Sodré<sup>3</sup> se refere, é que quatro homens resolveram subverter a ordem no estado. O desenho inicial consistia em ir para São



Paulo lutar ao lado dos colegas de farde. No entanto, perceberam que, estrategicamente, seria mais profícuo lutar em Sergipe. E assim o fizeram.

Efetivamente os rebeldes acreditavam que o Exército tinha o dever de salvar a Nação. Julgavam correto que os militares tomassem decisões importantes para o Brasil, como noutros momentos o fizeram. Eis aí uma bela demonstração de que “as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas”, pois através delas é possível “compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio<sup>4</sup>. Em 1924, as rebeliões que ocorreram em São Paulo, Sergipe, Amazonas e Rio Grande do Sul pretendiam estabelecer a forma como alguns militares pensavam que deveria ser a política nacional. No entanto esses levantes ocorreram em regiões e épocas diferentes, sem que houvesse uma efetiva articulação entre eles.

A força era o único maio de que dispunham os rebeldes. E eles a utilizaram para legitimar a visão de mundo que julgavam mais coerente. A retirada de Arthur Bernardes da presidência só ocorreria, caso esse discurso de moralização da política fosse legitimado. A vitória do levante militar de 13 de julho oferecia essa autoridade que os rebeldes buscavam. O sonho de Eurípedes, Maynard, Soarino e Manoel Messias tornava-se real para eles, e para milhares de Sergipanos em 1924.

Com a vitória inicial sobre os poderes legalmente constituídos, o plano de defesa de Aracaju logo foi traçado. Com o propósito de evitar ataques a barra de Aracaju foi minada, e o farol apagado. Visando garantir a ordem na capital, os prédios públicos foram ocupados e o policiamento nas ruas intensificado. E para impedir ocorrências desagradáveis, foram construídas trincheiras. O material para a construção das trincheiras foi adquiridos no comércio local.

Para veicular a notícia de que lutavam pelos interesses nacionais os rebeldes recorreram aos jornais locais. A população contava com os periódicos para se informar, mas apenas três jornais funcionaram a revolta. O Diário Oficial e o Correio de Aracaju circulavam diariamente, enquanto que A Cruzada era editada semanalmente. O Sergipe Jornal, o Diário da Manhã e A Folha, contrários às ações da Junta Militar, deixaram de funcionar por opção dos seus proprietários. es intermitentes faziam propaganda contra a revolta, procurando alarmar a populaçm domingo.



Os periódicos em circulação noticiavam os últimos acontecimentos e as ações da Junta. Já o jornal A Cruzada, órgão de divulgação da Igreja Católica parecia inerte ao que estava acontecendo em Sergipe, não há referências à deflagração da revolta em julho de 1924. Enquanto isso, o Correio de Aracaju e o Diário Oficial procuravam acalmar a população contra eventuais boatos de que seria travada uma batalha sangrenta na capital sergipana. Ambos os jornais permaneceram sob o controle dos rebeldes, daí a ausência de críticas ao movimento.

Discordando dos rumos que tomava o estado e sem querer confusão, alguns tipógrafos preferiram se distanciar do movimento e deixaram de freqüentar as oficinas do jornal. E enquanto a maioria optou por assistir aos acontecimentos para ver o que iria ocorrer depois da tomada do poder pelos militares rebeldes, alguns sergipanos resolveram aderir à revolta.

Ainda no dia 13 de julho, 171 civis se apresentaram e foram alistados como voluntários. Rapidamente se espalhou a informação de que o 28º BC estava aceitando ex-praças do batalhão policial de Sergipe e reservistas do Exército. Os jornais foram utilizados pelo comando do 28º BC para avisar “a quem interessar possa que na referida unidade está aberto o voluntariado para todos aqueles que se queiram alistar nas suas fileiras, sejam reservistas ou não”<sup>5</sup>. E não foram poucos os sergipanos que se apresentaram. Ibarê Dantas chama atenção para o fato de que “muitos se dispuseram à luta. Contando inicialmente com 316 homens, no final do movimento a força dos tenentes chegou a totalizar 770 pessoas”<sup>6</sup>.

A movimentação de homens armados pelas ruas, a prisão de autoridades e os tiroteios da madrugada do dia 13 assustaram muitos moradores de Aracaju, que decidiram deixar a cidade até que a normalidade fosse restabelecida. E assim que começassem os boatos sobre a segurança dos moradores, o tenente Maynard tentou acalmar os aracajuanos. Primeiro o oficial desmentiu que a Junta Militar estivesse disposta a sacrificar a vida dos que não se envolveram no levante de 13 de julho. Depois afirmou que se o Presidente da República desejasse acrescentar “aos seus crimes mais este de ensangüentar Sergipe”<sup>7</sup>, ele e seus companheiros não permitiriam. Caso houvesse necessidade, os moradores seriam avisados e receberiam os meios necessários para se retirarem da cidade. Mas quem podia ter certeza disso?



A garantia vinda de um dos líderes da revolta deveria calar a boca dos que anunciavam uma carnificina na tranqüila Aracaju. No entanto ao que tudo indica, as declarações do tenente Maynard não surtiram efeito desejado junto à população. A cada dia aumentava a migração para o interior do estado. Com a imprensa sob controle não havia oposição. Ainda assim a maioria dos aracajuanos procuraram se distanciar da movimentação dos militares com receio de que acontecessem tiroteios semelhantes aos da madrugada de 13 de julho.

Os rebeldes imprimiram uma proclamação explicando os motivos da revolta. Eles também já haviam cuidado da segurança da capital ao distribuir tropas por diferentes pontos da cidade, e com a construção de trincheiras nas praias. Tudo ia bem, mas não tardou em aparecer boatos de que uma reação estava sendo organizada no interior. Numa situação de guerra “a maior parte das informações são falsas e a pusilanidade das pessoas torna-se uma nova fonte de mentiras e inexatidões”<sup>8</sup>. E em Aracaju o quadro não era diferente. Os anúncios de que a cidade sucumbiria a um ataque por tropas legalistas não cessavam.

Enquanto isso o governo federal organizava a contra-ofensiva à revolta em Sergipe. O general Marçal Nonato de Faria, responsável pela 6ª Região Militar, comandou as tropas que se deslocaram por Sergipe para restabelecer a ordem e o governador Graccho Cardoso em seu posto.

Algumas unidades do exército, incluindo o 22º BC da Paraíba, o 21º BC de Pernambuco, o 20º BC de Alagoas se deslocaram pelo estado até atingirem Aracaju. Ao lado deles atuaram elementos da polícia baiana e alagoana, além do batalhão formado pelo coronel Porfírio Brito, da cidade de Propriá. As tropas contaram ainda com o apoio do Baependy, uma embarcação que chegou a aparecer na barra de Aracaju e despertou ainda mais suspeitas nos moradores da capital sergipana.

Cercados pelo norte, sul e oeste (Baependy) e mantendo-se isolados sem o apoio de outras unidades militares, os rebeldes do 28º BC não tinham mais condição de resistir, acabaram desistindo. As tropas que representavam as tropas legais entraram em Aracaju sem precisar enfrentar qualquer perigo real. Ao perceberem que não havia saída, os líderes da revolta fugiram. Mais tarde foram presos e julgados.



O capitão Eurípedes e os tenentes Augusto Maynard, João Soarino e Manoel Messias receberam tratamento de criminosos. Isso muda quando Vargas assume o governo federal e anistia os oficiais que se envolveram nos levantes militares de 1922 e 1924, chamadas pela historiografia de revoltas tenentistas em função do grande número de participantes com baixas patentes.

Em Sergipe Augusto Maynard Gomes conseguiu se articular politicamente no rearranjo da chamada “revolução de 1930”. O militar se torna um político atuante e chega a ocupar a interventoria federal em Sergipe no período entre 1930 a 1935 e 1942 a 1945. À frente do estado, desta vez apoiado pelas instituições legais, Maynard cuidou para que o dia 13 de julho fosse lembrado pelos motivos certos. Tudo o que relacionasse a revolta de 1924 a um exemplo de heroísmo e luta pela república era bem vindo.

As opiniões do governador Marurício Graccho Cardoso, que foi preso e destituído não eram favoráveis, portanto não deveriam aparecer. Somente no dia 4 de agosto de 1924 Graccho Cardoso, pôde entrar em seu gabinete no Palácio do Governo. Havia muito que fazer. Era preciso reorganizar o serviço público, enviar correspondências e agradecer aos que se mobilizaram contra os amotinados. Mas antes de tudo isso, o governador baixou um decreto anulando os atos dos rebeldes, uma vez que não foram praticados por “autoridades de fato”, mas por pessoas que se apossaram “ilegitimamente e violentamente” do poder. Num pronunciamento ao povo, falou sobre os acontecimentos que modificaram o estado contra sua vontade.

Nas palavras de Graccho Cardoso finalmente Sergipe estava “à salvo” do “atentado selvagem e monstruoso da covardia ambiciosa, da indisciplina e da audácia inconsciente e anárquica”<sup>10</sup>. A imprensa divulgou “todos os horrores desse banditismo sanguinário”. Assim a população ficou a par das “origens e o curso desse tenebroso movimento”<sup>11</sup>. Durante os dias em que permaneceu incomunicável, o governador afirmou ter sido exposto a “ameaças constantes”. Esse discurso não combinava com os objetivos de transformar o dia 13 de julho na celebração de um passado glorioso, portanto estava descartado.

Em 1942 a revista *Novidade* celebrava a o “dia do sergipano” comparando-o à revolução francesa e ao caso Dreyfus, que lembram a luta pela liberdade e democracia, mas destacando que



O 13 de Julho para nós sergipanos exprime a um tempo, na sua significação histórica e idealista, revolução francesa e caso Dreyfus. Significa os frêmitos de liberdade e ânsia de Justiça. Tornou-se um símbolo revolucionário das aspirações democráticas dos sergipanos e realizou aquilo que outrora o espírito cristalino de Fausto sonhara.

13 de Julho!

Por que é que neste dia tudo amanhece diferente? Há festa em tudo. As ruas parecem mais largas e mais longas. Aracaju fica alvoroçada, há tonalidades e ritmos de alegria em tudo<sup>12</sup>.

Diante desses argumentos seria possível questionar qual está mais próximo da verdade. A resposta não é tão simples. No início do artigo foi dito que as comemorações podem mudar de sentido com o passar do tempo. A revolta de 13 de julho passou a significar um movimento em prol da luta pela liberdade e pela democracia. E a partir da década de 1930 fazia-se questão de envolver a sociedade nessa memória coletiva que lembrava dos aspectos sempre positivos desse levante militar. Ele era aproximado a um movimento popular, o que de fato não ocorreu em Sergipe.

O episódio da tomada do governo não foi realizado pela sociedade sergipana em geral, nem mesmo todos os militares se envolveram na revolta. Portanto também não é correto afirmar que o exército se colocou contra os poderes legalmente constituídos. Em Sergipe apenas quatro oficiais se rebelaram. Eles puderam contar com os soldados e alguns sargentos do 28º BC. Mas como todo golpe, este também poderia ter fracassado antes mesmo do que os rebeldes previam.

A explicação dos militares para o envolvimento na revolta de 1924 em Sergipe entrelaça o passado e o futuro. Eles justificam sua intervenção na política por considerarem que a república que havia sido fundada pelo exército estava sendo deturpada. E assim como havia acontecido no passado, a interferência militar se fazia necessária para restabelecer a moral do regime de governo no país. Portanto o futuro do Brasil dependia dessa intervenção.

Mas independente das “boas intenções” dos homens de farda, eles foram rechaçados em 1924. Os jornais da época registraram as manifestações de apoio ao retorno da normalidade no estado, condenando a postura dos rebeldes. Não é segredo que os líderes da revolta foram



presos e condenados pela justiça. O que muda a partir de 1930 é que os militares estão de volta ao poder. Vargas, que também era um militar, enfrentará problemas por admitir os rebeldes de volta às fileiras do exército e promovê-los, como no caso de Maynard, a interventor federal de Sergipe. No entanto o caudilho gaúcho sabia lidar com a adversidade. Em Sergipe o então interventor Augusto Maynard Gomes integrava a elite política local e podia dar as cartas do jogo. O dia 13 de julho ficaria conhecido durante muito tempo como um dia pela luta em prol da democracia e da liberdade graças a propaganda de periódicos como a revista Novidade, que passa a circular apenas em 1936 e que havia assumido um compromisso mais sério com a manutenção de sua publicação do que com a imparcialidade. Especialmente durante o Estado Novo era preciso tomar cuidado para não ser mal interpretado e ter sua licença cassada. Mas sem dúvida Novidade reflete os interesses de um grupo importante na sociedade sergipana, aquele que detém o poder político e econômico.

O dia 13 de julho permaneceu na memória dos sergipanos enquanto isso interessou à elite. Com a máquina administrativa ao seu favor Augusto Maynard Gomes pôde trazer a revolta de 1924 de volta à ordem do dia nas décadas de 1930 e 1940. Mais elaborada, organizada e participativa do que aquela que ocorrera anos atrás a revolta militar passava a ser definitivamente “o dia do sergipano”. E na falta de heróis consagrados durante a II Guerra, continuava valendo a associação de Maynard à do “grande chefe revolucionário” de 1924.

## Notas

<sup>1</sup> Doutoranda em História UNESP/Assis/Bolsista CAPES. E-mail: [andreza@getempo.org](mailto:andreza@getempo.org)

<sup>2</sup> MORAES, João Quartim de. 2 ed. A esquerda Militar no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 216.

<sup>3</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. O tenentismo. Porto alegre: Mercado Aberto, 1985.

<sup>4</sup> CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Ed. DIFEL, 1990. p.17.

<sup>5</sup> VOLUNTÁRIOS. Correio de Aracaju. Aracaju, 16 jul 1924, p. 1.

<sup>6</sup> DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999. p. 123.

<sup>7</sup> A SITUAÇÃO DO PAÍS É GRAVE. Correio de Aracaju. Aracaju 16 jul.1924, p.1.

<sup>8</sup> CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 80.

<sup>9</sup> PODER EXECUTIVO. Diário Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, 5 jul. 1924, p.1.



<sup>10</sup> SERGIPE. Governador (1924: CARDOSO). Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe na abertura da Assembléia Legislativa Estadual em 7 de setembro de 1924. Aracaju: Typ. Comercial, 1924. p. 3.

<sup>11</sup> SERGIPE. Governador (1924: CARDOSO). Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe na abertura da Assembléia Legislativa Estadual em 7 de setembro de 1924. Aracaju: Typ. Comercial, 1924. p. 4.

<sup>12</sup> NOVIDADE, ago. 1942, p. 15.

### **Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste: e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN, São Paulo: Cortez, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Ed. DIFEL, 1990.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DANTAS, José Ibarê da Costa. 2 ed. **O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à revolução de 1930**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

MAYNARD, Andreza S. C. **A caserna em polvorosa: A revolta de 1924 em Sergipe**. Aracaju, Ed. do autor, 2009.

MORAES, João Quartim de. 2 ed. **A esquerda Militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1985.